

As condições de oferta nas escolas de Ensino Fundamental de Ribeirão Preto-SP e a garantia do princípio da equidade¹

Aline Kazuko Sonobe²

José Marcelino de Rezende Pinto³

1. Introdução

A educação brasileira alcançou avanços significativos ao longo dos últimos anos, tanto no aspecto legislativo quanto institucional (CURY, 2008), porém ainda são inúmeros os desafios a serem superados. Entre eles destacam-se: universalização do acesso, permanência e conclusão na educação básica (FRANCO, ALVES e BONAMINO, 2007) e a garantia de equidade das condições de oferta (ALVES, GOUVÊA e VIANA, 2012).

A desigualdade que marca o ensino no país configura-se na presença permanente dos “atingidos pela privação” (CURY, 2008, p. 207) do direito à educação escolar, em geral sujeitos pertencentes às “classes menos favorecidas” (CURY, 2008, p. 214). Ainda que a educação tenha sido reconhecida como um dos direitos sociais garantidos para todos os cidadãos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/ 1988), em seu art. 6º, milhões de brasileiros permanecem excluídos deste direito, seja no sentido literal, seja na concepção de exclusão como um processo que inclui os sujeitos, mas sob condições precárias (CASTEL, 1997; CURY, 2008), configurando-se uma inclusão excludente.

Considerando a importância da garantia das condições de oferta adequadas (que abrange a infraestrutura escolar, disponibilidade de equipamentos, quantidade de alunos por turma, formação docente entre outros), entendida como um dos requisitos necessários para efetivação da qualidade de ensino (CARREIRA e PINTO, 2007), este trabalho tem como objetivo a análise das condições de oferta do ensino oferecido relacionada às condições socioeconômicas das famílias das áreas nas quais se encontram as instituições de ensino. Em outras palavras, busca-se analisar se a política educacional apresenta um componente de equidade, buscando disponibilizar escolas com insumos adequados nas regiões mais pobres do município.

2. Equidade na oferta educacional

A garantia da equidade é vista como uma questão-chave para alcançar um ensino de qualidade em sua plenitude. Essa discussão é essencial em um país como o Brasil,

¹ Trabalho oriundo da pesquisa de Mestrado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo/FAPESP.

² Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – FFCLRP/USP

³ Professor Associado da FFCLRP/USP

marcado por fortes desigualdades socioeconômicas⁴ e educacionais. Aprofundando nessa discussão, o Observatório da Equidade afirma que a iniquidade social se reflete na iniquidade educacional, assim, “a educação, ao ser analisada na perspectiva da equidade”, denuncia

de forma contundente as consequências e ao mesmo tempo a natureza estrutural das iniquidades no Brasil. Isto porque o patrimônio educativo da população se relaciona diretamente com a estrutura social brasileira, profundamente injusta – iníqua (BRASIL, 2009, p. 14).

Considerando essa realidade, Pinto (2006, p. 204) argumenta que “[...] o debate sobre qualidade não pode ser dissociado daquele que trata da quantidade”, já que “não adianta haver boas escolas para poucos”. No mesmo sentido, Carreira e Pinto (2007, p. 40) indicam a necessidade de se analisar “de que forma a oferta de serviços educacionais atua no sentido de reforçar, ou minimizar, essas disparidades”.

No entanto, apesar de um dos objetivos do ensino estabelecidos pela Lei Maior seja a eliminação, ou redução das desigualdades,

[...] a análise dos poucos dados disponíveis mostra que o sistema educacional tende a oferecer menos para quem já têm menos. Isso é [observado] mesmo quando [considera] apenas o sistema público, pois a experiência mostra que as escolas públicas situadas nas periferias apresentam condições de funcionamento e de qualificação dos professores muito mais precárias do que aquelas demonstradas por escolas situadas em regiões mais afluentes. O resultado natural desse processo é que o sistema acaba reproduzindo as desigualdades existentes na sociedade brasileira, atuando como um filtro socioeconômico e étnico (CARREIRA; PINTO, 2007, p. 41).

Bourdieu (2003, p. 41) argumenta que o sistema escolar “é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais”. Embora este autor não tenha refletido sobre a realidade brasileira (tanto no tempo quanto no espaço), seu argumento chama atenção para o fato de que, uma escola, inserida numa sociedade capitalista, possui mecanismos que corroboram na reprodução das desigualdades.

Ainda nessa discussão, Spósito (2003) também chama a atenção para “a reprodução estrutural da fragilidade social” (BRASIL, 2009, p. 14), relacionando-a com a aparente universalização do ensino, que não veio acompanhada da garantia de condições igualitárias de oferta.

⁴ O grau de desigualdade no Brasil destaca-se mesmo entre os países da América Latina e do Caribe, classificando-se como o quarto país mais desigual em termos de distribuição de renda nessa região, ficando atrás apenas de “Guatemala, Honduras” e “Colômbia, todos eles com um coeficiente [Gini] acima de 0,56” (ONU-HABITAT, 2012, p. 45).

3. Aspectos metodológicos

Este estudo foi desenvolvido dentro de uma abordagem quantitativa e as fontes de dados utilizadas são os dados secundários (microdados) do Censo Escolar 2010 e do Censo Demográfico do ano de 2010 disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), respectivamente. Para a extração e organização dos dados, foi utilizado o programa IBM SPSS Statistics, conhecido como SPSS.

Para poder quantificar os insumos oferecidos, tomou-se como ponto de partida a construção de um Índice das Condições de Oferta da Escola (ICOE) a partir dos dados do Censo Escolar 2010, e tendo como base o indicador criado por Alves e Passador (2011), bem como as considerações de Carreira e Pinto (2007), em relação ao Custo-Aluno Qualidade inicial (CAQi). O Quadro 1 a seguir apresenta a composição do indicador.

Quadro 1 - Composição do ICOE

Variável	Critério
Biblioteca/sala de leitura	1 - tem; 0 - não tem
Laboratório de Informática	1 - tem; 0 - não tem
Laboratório de Ciências	1 - tem; 0 - não tem
Quadra de esporte	1 - tem; 0 - não tem
Equipamentos (DVD e copiadora)	1 - possui os dois itens; 0 - algum item em falta
Quantidade de computador para o uso do aluno	0 - $N < 10$; 0,5 - $N = 10$; 0,75 - $N > 10$ e ≤ 20 ; 1 - $N > 20$
Quantidade de aluno por turma	Proporção de turmas de EF I com alunos/ turma ≤ 25 e de EF II < 30 valor 1
Formação docente	Proporção de docente com formação em nível superior (com ou sem licenciatura): 100% = 1

A partir dessas oito variáveis, o ICOE foi calculado para 83 escolas públicas e 69 privadas que eram as que possuíam os dados completos: $ICOE = [((Biblioteca/sala de leitura + Laboratório de Informática + Quadra de esporte + Equipamentos + Quantidade de computador para o uso do aluno)/6) \times 5] + [(Quantidade de aluno por turma + Formação docente) \times 2,5]$.

Quanto ao Índice Socioeconômico (ISE) da área de ponderação⁵, foi utilizada média do rendimento mensal *per capita* dos moradores da área.

⁵ Segundo o IBGE (2011, p. 17) área de ponderação é “uma unidade geográfica, formada por um agrupamento de setores censitários, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo”. Dentro das possibilidades de análise em diferentes escalas geográficas, optou-se por utilizar a área de ponderação (decisão tomada a partir do contato com o funcionário do IBGE do município, assim como de conversas com o orientador e outros colaboradores), justamente por apresentar a confiabilidade dos dados ao passar por tratamento estatístico, como mencionado acima, e por facilitar a análise comparativa entre diferentes áreas.

4. Condições de oferta das escolas de Ensino Fundamental de Ribeirão Preto

Cabe frisar que o que se pretende por meio da análise das condições de oferta no presente estudo é verificar a disponibilidade do insumo e não seu estado de conservação, ou uso efetivo, pois isso requereria uma outra metodologia.

A Tabela 1 mostra a análise comparativa entre escolas públicas e privadas no que se refere à disponibilidade de: laboratórios de informática e de ciências, quadra de esportes, acesso à internet e biblioteca/sala de leitura.

Tabela 1 – Presença de insumos de infraestrutura nas escolas de Ensino Fundamental segundo a dependência administrativa. Ribeirão Preto. 2010. (em % do total)

Insumos	Pública		Privada	
	Escola	Aluno	Escola	Aluno
Laboratório de Informática	88,6	90,5	51,2	67,0
Laboratório de Ciências	26,1	30,9	39,3	62,8
Quadra de esportes	95,5	96,6	63,1	82,9
Acesso à internet	100,0	100,0	97,6	99,6
Biblioteca/ sala de leitura	85,2	87,2	69,0	77,5
Total (N)	88	56.521	84	19.569

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Escolar 2010, INEP/MEC, 2010.

Os dados da Tabela 1 mostram que, ao contrário do senso comum, nos itens ali considerados, as escolas públicas apresentam indicadores melhores que as escolas privadas. Cabe ainda destacar a pequena presença de laboratórios de ciências em ambas as redes. De qualquer maneira, a presença desses insumos é condição necessária, mas não suficiente, de sua utilização.

Quanto à média de alunos por turma no Ensino Fundamental calculada com base nos dados do Censo Escolar 2010 (INEP/MEC), o valor foi de 31, para a rede estadual, de 29 para a municipal e de 20 para a rede privada, o que mostra uma evidente sobrecarga de trabalho para os docentes da rede pública.

Em relação à formação dos 3.151 docentes atuantes no Ensino Fundamental, segundo os dados do Censo Escolar 2010, a ampla maioria (90,7%) possui formação em nível superior completo. No entanto, constatou-se a presença de profissionais com Ensino Fundamental incompleto e Ensino Fundamental completo. O inciso I da Lei nº 12.014 de 6 de agosto de 2009 (que alterou o artigo 61 da LDB/1996) estabelece que para atuação no Ensino Fundamental é necessário ter habilitação em nível médio na modalidade Normal, ou superior, ou seja, os casos mencionados acima estão ferindo a legislação e essa situação é preocupante, pois apesar de esse número ser ínfimo (totalizando 0,2%), considerando a

importância que se tem na formação do sujeito acredita-se que o mesmo pode comprometer, direta ou indiretamente, a qualidade do ensino oferecido.

4.1 ICOE e rendimento médio da área de ponderação

Como se pode observar na Tabela 2, mais de 60% das 83 escolas públicas apresentam um ICOE baixo (1 e 2) o que indica uma condição de funcionamento muito aquém do que seria desejável, considerando que os insumos que compõem o ICOE aproximam-se de um padrão básico de qualidade. Quanto às instituições com o melhor indicador (ICOE 4) representa apenas 15% do total de escolas.

Ao comparar o ICOE com o rendimento domiciliar mensal *per capita* das regiões (áreas de ponderação) em que se encontram as escolas, observa-se que há concentração de escolas em áreas com menor rendimento, sendo que cerca de 70% das instituições com condições precárias de oferta (ICOE 1 e 2) estão localizadas nessas regiões. Chama a atenção a constatação de maior proporção de escolas com boas condições de oferta no terceiro quartil do rendimento (45%), seguido pelo quarto quartil (38%).

Tabela 2 – ICOE da escola de Ensino Fundamental por rendimento domiciliar mensal *per capita* da área de ponderação. Ribeirão Preto. 2010. (em %)

ICOE (quartil)	Rendimento domiciliar mensal <i>per capita</i> (quartil)				Total (N)
	1	2	3	4	
1 (ICOE<5,87)	34,8	34,8	17,4	13,0	23
2 (5,87<ICOE<=6,78)	22,2	40,7	25,9	11,1	27
3 (6,78<ICOE<=7,54)	30,0	25,0	35,0	10,0	20
4 (ICOE>7,54)	30,8	30,8	23,1	15,4	13
Total	28,9	33,7	25,3	12,0	83

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Escolar 2010, INEP/MEC, 2010 e Censo Demográfico 2010, IBGE.

Considerando que as condições socioeconômicas das famílias tendem a relacionar com aquelas do local onde moram, e que as famílias tendem a matricular seus filhos em escola mais próxima da residência (como assegura o inciso “V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência” do artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), pode-se dizer que em geral, elas têm acesso a um ensino precário. No entanto, ainda nessa tabela é possível notar a presença de instituições com maior ICOE (4) em regiões com baixo rendimento mensal, apesar de ser em pequena proporção. Esse achado é valioso, pois os moradores de regiões com baixo rendimento podem ter acesso a instituição que oferecem condições potencialmente adequadas de ensino, porém, cabe lembrar que, essa situação mais favorável é atingida por menos de 1/6 das famílias das regiões mais pobres.

A Figura 1, a seguir, retrata a divisão do município em 4 níveis, de acordo com o rendimento médio mensal da área de ponderação e com a identificação de instituições públicas classificadas em 4 níveis segundo o ICOE.

Pode-se observar na figura que a maioria das escolas públicas mapeadas localiza-se nas regiões mais carentes da cidade, o que reforça a noção de que as escolas públicas são voltadas para atender a demanda da população carente. Por outro lado, essa distribuição aparentemente segue a distribuição populacional, ou seja, nas regiões mais densamente povoadas há uma tendência a existir mais escolas públicas.

Nas regiões mais pobres (níveis 1 e 2) embora existam escolas com ICOE elevado (como por exemplo, na AP 17), predominam escolas com ICOE 1 e 2.

Outra questão que chama a atenção é a proximidade espacial de escolas com melhor e pior condição de oferta. Para aprofundar essa análise, foram selecionados dois grupos nessa situação (círculos 1 e 2 da figura). No caso do primeiro círculo, as escolas com ICOE 3 e 4 são escolas municipais que oferecem Ensino Fundamental completo e aquela com ICOE 1 é escola estadual de anos finais. O fator que pode ter influenciado na diversidade do indicador é o percentual de turmas da instituição que atendem o número ideal estabelecido no Quadro 1, pois enquanto nas primeiras, 23% e 54% das salas respeitavam o número de alunos por turma, na última, não teve nenhuma turma, o que indica uma clara degradação da rede estadual de ensino, particularmente no que se refere às condições de trabalho docente.

Esse fato foi constatado também no círculo 2, em que todas as três escolas oferecem EF completo, sendo que as duas localizadas mais acima no mapa são municipais enquanto que a outra, localizada na parte inferior, pertence à rede estadual, sendo a proporção de turmas com critério atendido: 35%, 56% e 17% respectivamente. Vale lembrar que apesar da aparente proximidade, as três escolas estão em bairros distintos, o que não fica muito claro em virtude da escola do mapa.

A escola cercada pelo terceiro círculo apresenta o ICOE 4. Este maior índice é 'puxado' pela melhor relação aluno por turma: 79% das turmas da instituição respeitam o número máximo estabelecido. Como se observa no mapa, trata-se de uma escola situada em região mais afluenta da cidade.

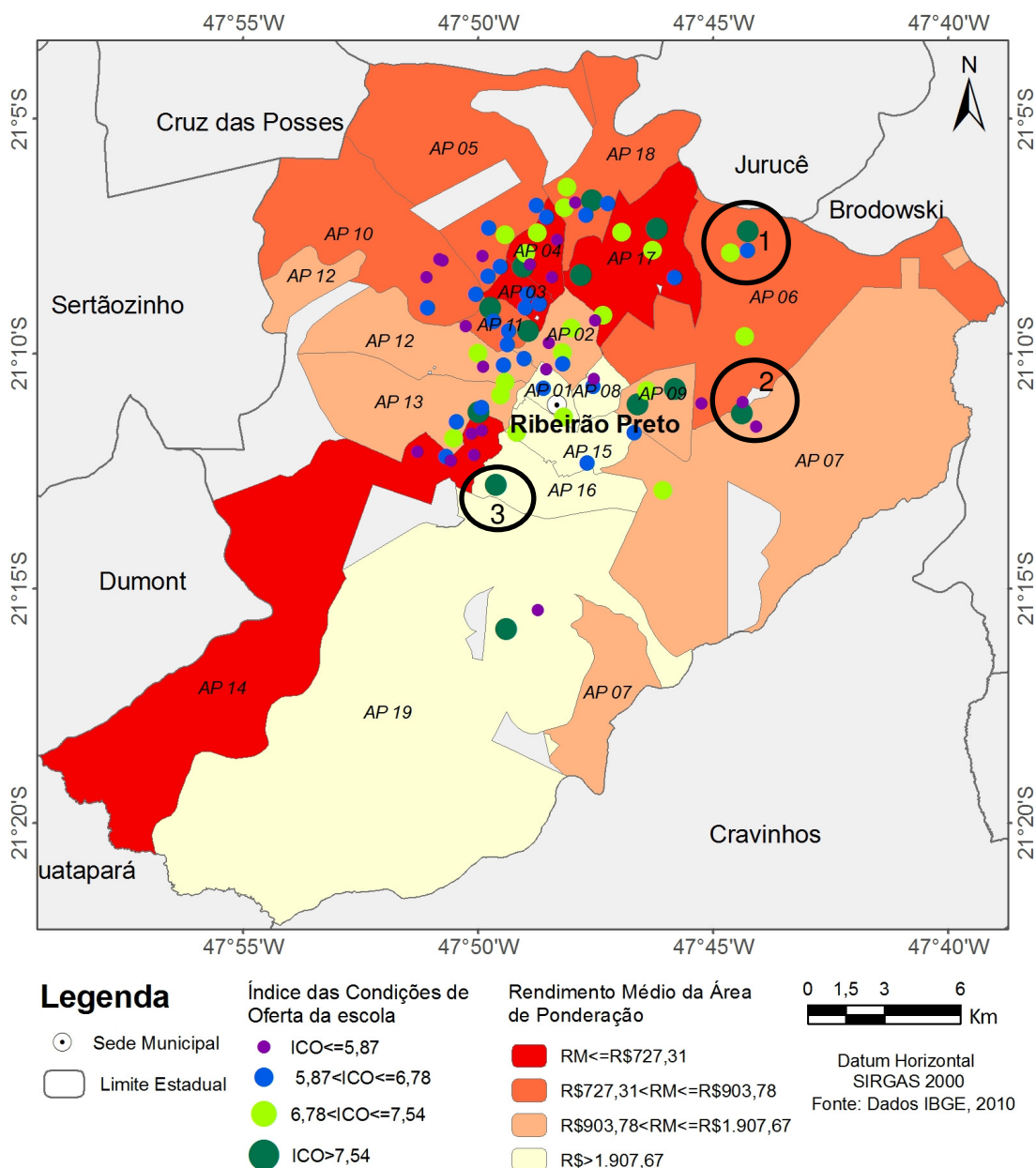


Figura 1 – Índice das Condições de Oferta das escolas públicas por Área de Ponderação, segundo rendimento médio. Ribeirão Preto. 2010.

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Escolar 2010, INEP/MEC, 2010 e Censo Demográfico 2010, IBGE.

Diferentemente da Figura 1 acima, o mapeamento de 69 escolas privadas (Figura 2) mostra uma concentração (75%) em áreas com melhor situação econômica, que em geral estão relacionadas a melhores condições de funcionamento (serviços, por exemplo). Assim, das 32 unidade com melhores condições de oferta (ICOE 3 e 4), 27 estão localizadas em áreas com níveis de rendimento médio 3 e 4, isto é, as condições de oferta das escolas parecem seguir o perfil da região, sendo que, especificamente as escolas privadas, tendem a se estabelecer em locais onde residem as famílias com renda mais alta, o que seria o esperado.

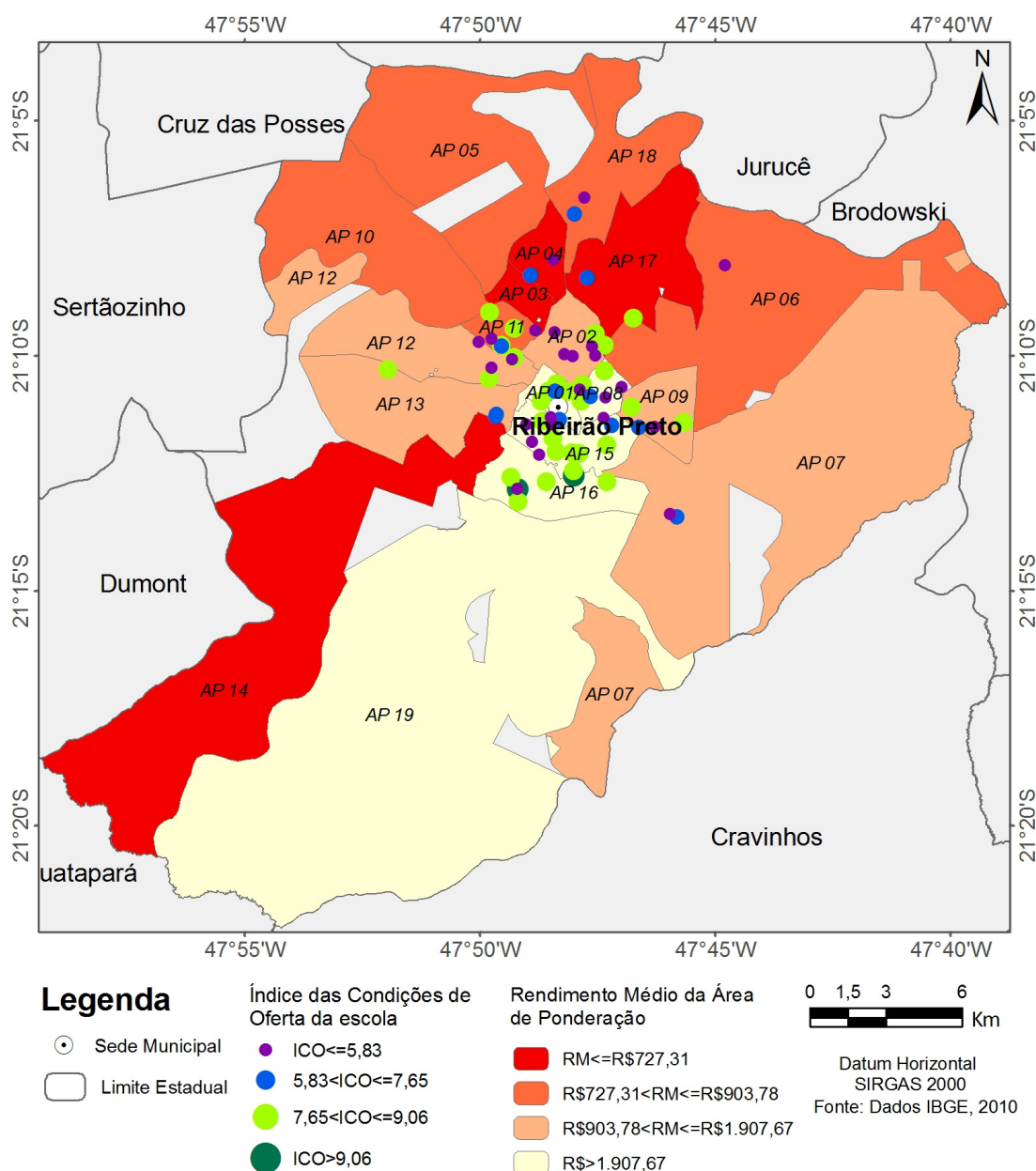


Figura 2 – Índice das Condições de Oferta das escolas privadas por Área de Ponderação, segundo rendimento médio. Ribeirão Preto. 2010.

Fonte: Elaborado a partir dos microdados do Censo Escolar 2010, INEP/MEC, 2010 e Censo Demográfico 2010, IBGE.

Considerações finais

Os resultados obtidos no presente estudo ressaltam a precariedade do ensino público oferecido no município. Além disso, embora não conclusiva, em áreas carentes (com ISE baixo) tendem a predominar escolas com piores indicadores de ICOE. Essa constatação mostra a dificuldade da política educacional do município (e do Estado) em atuar de forma a reduzir as desigualdades decorrentes do nível socioeconômico das famílias. As famílias mais ricas tendem a morar em regiões com mais serviços públicos em que se encontram escolas com melhores condições de ofertas. Pode-se afirmar, assim, que o sistema

educacional não está atuando na diminuição da desigualdade, e sim na sua reprodução, fato marcante da histórica da sociedade brasileira. Por outro lado, mesmo não sendo suficiente, o fato de haver unidades escolares com melhores condições de oferta (que apresentam um melhor valor do ICOE) em áreas carentes de recursos e, provavelmente, de serviços públicos de qualidade, foi uma descoberta valiosa, pois pode indicar uma preocupação equalizadora da política educacional. Os dados, contudo, parecem apontar para uma certa segmentação entre escolas de uma mesma região, convivendo com certa proximidade, escolas com condições bem distintas de ICOE. Isso pode indicar que as famílias com um pouco mais de recursos 'escolhem' uma escola da região, obviamente aquela melhor estruturada, para matricular seus filhos, mas essa hipótese ainda carece de novos estudos para sua verificação.

Foi observada ao longo do trabalho a reprodução do mecanismo de inclusão excludente, ou seja, as pessoas têm acesso a escola, porém sob condições desiguais. Entende-se que nada justifica o atendimento educacional com condições de oferta precária e desigual, desrespeitando os direitos das crianças e adolescentes estabelecidos na legislação e pelos quais a população brasileira vem lutando incansavelmente há muito tempo. Levando em consideração a concepção de exclusão como inclusão precária do sujeito, pode-se afirmar que ainda há muitos sujeitos excluídos (no caso do presente trabalho, crianças e adolescentes atendidos nas instituições públicas de Ensino Fundamental com baixo valor do ICOE), uma vez que, apesar do esforço notado na legislação brasileira, especificamente no que se refere à ampliação do acesso ao ensino, nem todos têm acesso a uma escola com condições de oferta de um ensino de qualidade, não prevalecendo um enfoque equitativo nas políticas públicas.

Essa situação evidencia a necessidade de elaboração políticas públicas que visem à redução das desigualdades de diferentes naturezas no âmbito escolar, como defendem, entre outros, Carreira e Pinto (2007), além de oferecer um ensino de qualidade para todos. A atuação ativa nessa luta requer o aumento do investimento na educação básica, pois as questões educacionais estão intimamente vinculadas ao financiamento, e, como se sabe, não se faz uma escola de qualidade apenas com o reconhecimento social. Dito isto, pode-se concluir que o valor destinado a essa área ainda não é suficiente para garantir as condições igualitárias de oferta, muito menos para assegurar a igualdade de oportunidade, pois como afirma Dubet (2008), o cumprimento do primeiro é a condição necessária para a busca do segundo.

Referências bibliográficas

ALVES, Thiago; GOUVÊA, Maria Aparecida; VIANA, Adriana Backx Noronha. O nível socioeconômico dos alunos das escolas públicas e as condições de oferta de ensino nos

municípios brasileiros. **Arquivos analíticos de políticas educativas**. v. 20, n. 2, janeiro/2012.

ALVES, Thiago; PASSADOR, Cláudia Souza. **Educação pública no Brasil: a origem socioeconômica dos alunos e as condições de oferta de ensino no contexto da avaliação da educação básica**. São Paulo: Annablume. 2011.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos da educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 05 ago 2008.

BRASIL. OBSERVATÓRIO DA EQUIDADE. **As desigualdades na escolarização no Brasil**. Brasília: Presidência da República, Observatório da Equidade, 2009. 56 p.

CARREIRA, Denise; PINTO, José Marcelino de Rezende. **Custo aluno-qualidade inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil**. São Paulo: Global: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2007.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Maria Carmelita Yazbek. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997. p. 15-48.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação escolar, a exclusão e seus destinatários. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 48, p. 207-222, dez. 2008. Disponível em: <<http://epaa.asu.edu/epaa/v12n38/v12n38.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

DUBET, François. **O que é uma escola justa?** A escola das oportunidades. São Paulo: Cortez, 2008.

FRANCO, Creso; ALVES, Fátima; BONAMINO, Alicia. Qualidade do ensino fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 989-1014, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1728100.pdf> Acesso em: 25 mar. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Descrição das variáveis da amostra do Censo Demográfico 2010: referência da área de ponderação**. Arquivo anexo a pasta de microdados.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Uma proposta de custo-aluno-qualidade inicial na educação básica. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 22, n. 2, p. 197-227, jul./dez. 2006.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS ASENTAMIENTOS HUMANOS, ONU-Habitat. **Estado de las ciudades de América Latina y Caribe 2012: rumbo a una nueva transición urbana**. Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos, ONU-Habitat. ago. 2012. 196 p.

SPOSITO, Marília Pontes. Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola. In: **Revista USP**, n. 1, mar/mai, 2003.